

Mercado de trabalho surpreende, mas problemas estruturais permanecem

Luiz Guilherme Schymura

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE

O mercado de trabalho surpreendeu positivamente no primeiro semestre deste ano. Segundo a Pnad Contínua (PNADC), o número de pessoas ocupadas aumentou em 2,5 milhões, na comparação do trimestre abril-maio-junho de 2022 com o último trimestre de 2021. Com isso, a taxa de desemprego caiu de 11,1% na PNADC de dezembro para 9,3% na de junho (números sempre relativos ao trimestre encerrado ao fim do mês de referência da pesquisa).

O resultado bastante positivo veio acompanhado de forte elevação dos vínculos formais de emprego com carteira no mesmo período, que saltaram 1,4 milhão. A nota negativa foi a queda do rendimento médio real do trabalho ante igual trimestre do ano passado.

O desempenho do mercado de trabalho este ano tem sido surpreendente inclusive para os pesquisadores do FGV IBRE dedicados ao setor. Embora em um enfoque mais de médio e longo do que de curto prazo, nossa equipe vem diagnosticando sérios problemas no

front do emprego no Brasil. Por exemplo, seis ocupações ligadas a comércio e serviços, caracterizadas por baixa renda, pouca instrução e alta informalidade, foram responsáveis por toda a criação de postos de trabalho entre 2012 e 2019, como abordado na Carta do IBRE de dezembro de 2021.

Após mudanças abruptas e atípicas associadas à pandemia, no início de 2022 os sinais eram de que o mercado de trabalho nacional estaria voltando ao padrão preocupante mencionado acima. E, em termos de desemprego, os economistas do FGV IBRE só esperavam o retorno a taxas de um dígito dentro de alguns anos.

Na PNADC de junho, entretanto, a taxa de desemprego atingiu 9,3%, com desempenho muito bom das atividades formais. O que terá acontecido? O mercado de trabalho terá ingressado numa nova e virtuosa dinâmica que vai desmentir os prognósticos menos otimistas dos nossos pesquisadores?

Na verdade, a realidade é bem mais complexa e escapa às simplifi-



cações binárias. Como explica Barbosa Filho, o primeiro semestre mostra forte recuperação de setores que ainda estavam em nível abaixo do pré-pandemia. Na comparação de dezembro de 2021 com fevereiro de 2020 (pré-pandemia), a população ocupada (PO) estava com 1 milhão de pessoas a mais. Cinco entre dez setores tinham recuperado o nível de emprego pré-pandemia, mas ainda havia perda de 1,4 milhão de postos de trabalho nos setores que não haviam se recuperado totalmente. Em junho

de 2022, a melhora foi expressiva. A PO já era 3,6 milhões maior que em fevereiro de 2020, sete setores já tinham se recuperado e, nos três que ainda não chegaram lá (Alojamento e alimentação, Outros serviços e Serviços domésticos), o déficit de postos havia se reduzido para 487 mil.

Como mostram pesquisas da equipe do FGV IBRE – incluindo Fernando Veloso, Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti, Jaina Feijó e Bráulio Borges –, a evolução do mercado de trabalho brasileiro na pandemia apresentou padrão peculiar, mas de certa forma similar ao de diversos países do mundo.

A saída inicial da força de trabalho se concentrou mais fortemente em trabalhadores e setores com níveis menores de renda, produtividade e formalização. Embora nas primeiras etapas da recuperação setores de maior produtividade e menos intensivos em trabalho tenham tido destaque, desde o ano passado a volta à força de trabalho tem sido puxada por segmentos intensivos em trabalho e de produtividade mais baixa.

Assim, como aponta Barbosa Filho, “grande parte da melhora em 2022 do mercado de trabalho não é uma dinâmica fantástica, mas sim a volta de setores mais atrasados na recuperação, intensivos em emprego”.

Veloso, por sua vez, nota que esse movimento é muito parecido com o que vem ocorrendo nos Estados Unidos, como relatado em recente reportagem do jornalista Arthur Cagliari no jornal *Valor Econômico*. O mote do artigo é que a produtividade da mão de obra nos Estados Unidos caiu

7,3% no primeiro trimestre deste ano em relação ao quarto trimestre de 2021 em termos anualizados, maior queda desde 1947.

Mas isso não quer dizer, observa Veloso, que a economia mais inovadora e eficiente do mundo esteja passando por problemas estruturais de produtividade. O que ocorre é justamente que o retorno à PO está sendo mais forte em setores de serviços intensivos em trabalho e de produtividade inferior à média da econo-

**Barbosa Filho aponta
que “grande parte da
melhora em 2022 não é
uma dinâmica fantástica”,
mas a volta de setores mais
atrasados na recuperação,
intensivos em emprego**

mia. A queda apenas corrige ganhos de produtividade também artificiais e passageiros, em função de tendência inversa no momento mais agudo das quarentenas da pandemia.

Voltando ao Brasil, trata-se de uma recuperação do mercado de trabalho com “muito emprego para pouco PIB”, como mostra recente trabalho de Borges no qual o economista reponderou a trajetória do PIB pelo nível relativo de emprego de cada setor, e não pelo

valor adicionado, como nas Contas Nacionais. Em 2021, por exemplo, o PIB reponderado pela PO dos setores cresceu 6,0%, e o PIB oficial na ótica do valor agregado a preços básicos teve expansão inferior de 4,3%.

Barbosa Filho aponta que o rendimento do trabalho está caindo ou estagnado porque o mercado de trabalho ainda está fraco. Baixa participação e elevada subocupação são indicativos, apesar do baixo desemprego. O rendimento ainda é inferior ao de meados de 2021.

Outra questão fundamental para entender a evolução recente do mercado de trabalho nacional é a taxa de participação, que é a razão entre a força de trabalho (PEA) e a população em idade de trabalhar (PIA). Durante a pandemia, a taxa de participação caiu com a saída de milhões de pessoas da PEA e ainda está em 62,6%. Caso a taxa de participação voltasse ao nível médio do período 2017-19, de 63,4%, haveria 1,4 milhão de pessoas a mais na PEA, e a taxa de desemprego em junho teria sido de 10,4%, e não de 9,3%. Se, no lugar do nível de 2017-19, for utilizada a tendência da taxa de participação, num contrafactual sem pandemia, esta teria atingido 63,7% e a taxa de desemprego em junho teria sido de 10,9%.

Como se vê, uma taxa de participação que retornasse ao padrão vigente antes da pandemia já colocaria uma distância relevante entre a taxa de desemprego atual e o nível de um dígito.

Outra consideração a ser feita em relação ao desempenho recente do mercado de trabalho é que, com a inflação de dois dígitos e um ciclo muito

intenso de elevação da taxa básica de juros, a visão de muitos analistas é de que a desaceleração encomendada pelo aperto das condições financeiras está sendo apenas adiada pelas medidas fiscais de estímulo no ano eleitoral.

Assim, à medida que sobem as projeções de crescimento do PIB em 2022, recuam as relativas a 2023, que em alguns casos já entraram em território ligeiramente negativo. Se esses prognósticos estiverem corretos, o mercado de trabalho voltará a sofrer impactos negativos da atividade econômica entre o final deste ano e 2023.

De qualquer forma, apesar das ressalvas, há que se reconhecer a surpresa positiva do mercado de trabalho em 2022. Veloso observa que o movimento de curto prazo de volta forte e simultânea de vários segmentos de serviços prejudicados pela pandemia, por exemplo, é um desdobramento de curto prazo efetivamente difícil de prever.

O crescimento do primeiro semestre fez com que grande parte dos indicadores do mercado de trabalho ficasse em nível superior ao pré-pandemia. Em junho, numa leitura mensalizada e dessazonalizada dos dados da PNADC, tanto a PO quanto a ocupação formal e a informal já se encontravam em níveis superiores aos de fevereiro de 2020, logo antes da chegada da Covid-19. No caso da PO, chegou-se em junho a 99,2 milhões de pessoas, 4,3% acima do pré-pandemia. Já o emprego formal em junho registrou nível 6,8% superior ao de fevereiro de 2020, e o informal, 2,4% superior.

Os pesquisadores do IBRE observam, no entanto, que o bom pri-

meiro semestre não significa que a situação do mercado de trabalho esteja normalizada. Além das questões já mencionadas da taxa de participação ainda baixa, registra-se nível elevado e acima do pré-pandemia de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e desocupados de longa duração. Já os desalentados estão abaixo do nível pré-pandemia, mas num patamar historicamente ainda alto. Os subutilizados, que reúnem os trabalhadores desocu-

Além da taxa de participação e salários ainda baixos, registra-se nível elevado de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e desocupados de longa duração

pados, subocupados, desalentados e indisponíveis, voltaram ao nível pré-pandemia, também elevado em termos históricos.

Em relação aos salários, durante a pandemia houve queda do rendimento real do trabalho, o que pode representar uma oportunidade para as empresas ganharem competitividade. No entanto, dados recentes da PNADC indicam que esse processo já pode ter se esgotado. O salário real em seto-

res e subsetores como agropecuária, indústria geral, construção civil e nos diversos segmentos de serviços parece ter se estabilizado ou estar em início de processo de elevação.

Finalmente, há a questão dos possíveis impactos da reforma trabalhista nos atuais desdobramentos do mercado de trabalho. Trabalhos acadêmicos recentes – como os de Ottoni e Barreira (2021) e Corbi, Ferreira, Narita e Souza (2022) – indicam que a reforma trabalhista tem potencial de reduzir a taxa de desemprego. Embora acreditem que a reforma trabalhista possa contribuir para a redução do desemprego nos próximos anos, os pesquisadores do FGV IBRE avaliam que a significativa retração recente parece estar mais relacionada a componentes transitórios associados à pandemia. Barbosa Filho, em particular, considera muito difícil mensurar qualquer impacto da reforma trabalhista agora, mas prevê que ela deve vir a ter efeitos positivos no mercado de trabalho nacional.

Num resumo dos pontos abordados nesta Carta, é possível afirmar que a melhora conjuntural do mercado de trabalho no primeiro semestre de 2022 é incontestável, mas ainda permanecem muitas dúvidas sobre a possibilidade de configurar uma dinâmica persistente e sustentável. ■

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.